

ADUNIOESTE

SINDICATO DOCENTE DA UNIOESTE
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)

REAJUSTE SALARIAL: OS BOATOS

Muitos colegas docentes têm procurado o sindicato para saber se há alguma novidade em relação a um possível reajuste salarial. De acordo com tais docentes há boatos na Unioeste e em outras universidades que o Governo Requião pretende conceder um reajuste salarial aos docentes no início deste ano. Há inclusive especulações que o índice de reposição, de acordo com os boatos, varia em torno de 17%. Outros comentários sugerem que o Governo Requião pretende implementar tal reajuste por meio da alteração do percentual da gratificação de incentivo à titulação dos docentes (especialistas, mestres e doutores).

REAJUSTE SALARIAL: OS FATOS

Durante todo o ano de 2003 e 2004 o Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná, do qual a ADUNIOESTE faz parte, procurou negociar unificadamente com o Governo Estadual a reposição das perdas acumuladas desde março de 1997.

O Governo Requião, nas diversas reuniões de negociação com as entidades representativas dos docentes e funcionários das universidades realizadas na SETI e também no Palácio Iguazu ao longo dos anos de 2003 e 2004, alegava que não poderia repor as perdas acumuladas em função de déficit orçamentário e dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para forçar a abertura de negociações foram realizadas diversas mobilizações nas universidades e na capital do Estado, incluindo a greve de 24 horas, com o objetivo de pressionar o Governo para apresentar uma proposta de reposição das perdas salariais.

Em função desse processo de reivindicação e da mobilização dos trabalhadores das universidades públicas estaduais, no final do ano passado o Governo Estadual **começou a sinalizar com a possibilidade de atender, pelo menos em parte, as reivindicações dos servidores docentes e técnicos das universidades paranaenses.**

Em 18 de novembro de 2004, o governador Requião anunciou a concessão de um abono emergencial linear de R\$ 300,00 a todos os servidores técnicos. De acordo com o governador Requião, o abono não atingiria os docentes, tendo sido concedido em caráter emergencial, até que fosse reformulado o Plano de Carreira dos técnicos para "corrigir as distorções de remuneração existentes hoje".

Quanto à situação salarial dos docentes, o governador Requião afirmou: **"O abono não atinge os docentes. Uma revisão da situação dos professores neste ano [2004] não foi possível** porque a prioridade do governo é atender de imediato os servidores de salários mais baixos, que não foram contemplados por uma política de reposição por parte do governo anterior". Requião informou ainda que **"no ano que vem [2005], o governo vai se debruçar sobre a situação dos docentes"**.

No dia 23 de novembro do ano passado, durante a Audiência Pública da Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa, o líder do governo Requião, deputado Natálio Stica (PT), em conversa informal com o representante da ADUNIOESTE naquela Audiência, afirmou, extra-oficialmente, que em março deste ano o Governo Estadual deveria apresentar uma proposta de melhoria salarial aos docentes das universidades paranaenses.

Logo após a realização da Audiência na Assembléia Legislativa, o Comitê em Defesa do Ensino Superior solicitou, via protocolo, audiência de negociação com o secretário Rizzi. Nessa audiência, as entidades integrantes do Comitê iriam solicitar, formalmente, se de fato o Governo Estadual iria apresentar alguma proposta de reajuste salarial aos docentes, conforme havia informado, extra-oficialmente, o deputado Stica, Líder do Governo na Assembléia Legislativa. **Infelizmente, a SETI, até a presente data, não agendou nenhuma audiência com o Comitê em Defesa do Ensino Superior.**

No mês de dezembro do ano passado, no período de discussão do Orçamento Geral do Estado para 2005, na Assembléia Legislativa, o Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná, do qual a ADUNIOESTE faz parte, em conjunto com o Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos do Paraná e outros sindicatos representativos dos servidores docentes e técnicos das IEES, se mobilizaram para garantir a aprovação de emendas ao Orçamento do Estado/2005. Tais emendas pretendiam garantir,

VIRE ►

* Cf. Boletim da ADUNIOESTE – Seção Sindical do ANDES-SN, Ano III, 19/11/2004, p. 1.

formalmente, o respeito à data base dos servidores públicos estaduais (revisão geral anual de salários), incluindo os servidores docentes e técnicos das universidades estaduais.

No dia 15 de dezembro foi aprovado o Orçamento Geral do Estado para o ano de 2005 (Lei Estadual nº 14.600/2004). **Os deputados aprovaram uma emenda ao Orçamento Geral do Estado, negociada diretamente pelo Sinteemar (UEM) e Sindiprol (UEL), que autoriza o Governo Estadual a proceder aos ajustes ao Orçamento do Estado destinando 30 milhões de reais para suplementar a dotação de Pessoal e Encargos dos docentes das IEES.** É evidente que a aprovação de tal emenda decorre também das pressões e inúmeras mobilizações unificadas realizadas ao longo de 2003 e 2004 pelos diversos sindicatos de docentes e servidores técnicos que integram o Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná.

A partir da aprovação dessa emenda, o Sinteemar (UEM) e o Sindiprol (UEL) estiveram reunidos por quatro vezes com a SETI para tratar dos encaminhamentos com vistas a utilizar os R\$ 30 milhões para o reajuste salarial dos docentes. Os demais sindicatos não foram informados e nem convidados para participar dessas reuniões, muito embora, como já afirmamos, o movimento de reivindicação e de denúncia da necessidade de reajustes salariais tenha sido objeto de mobilização, organização e luta de centenas de trabalhadores de todas as IEES, em especial daquelas cujas entidades sindicais reconhecem e apostam no Comitê Estadual em Defesa do Ensino Superior como legítimo representante do movimento unificado de luta.

POSIÇÃO DA ADUNIOESTE

Desde o início da Campanha Salarial de 2003, primeiro ano do governo Requião, a ADUNIOESTE, junto com as demais entidades do Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná, reuniu-se diversas vezes com representantes do governo, em especial com o secretário Rizzi, para discutir o reajuste salarial e os princípios da política educacional e de ciência e tecnologia para as universidades estaduais. Enquanto o Comitê Estadual demonstrava grande disposição para o diálogo, o governo iniciou o ano de 2004 atacando as universidades estaduais e de modo bastante sistemático desenvolveu uma campanha difamatória contra os docentes da UNIOESTE. Na ocasião, reivindicamos a confirmação das declarações do secretário Aldair Rizzi por meio de ação judicial, a qual o secretário respondeu desdizendo tudo que havia sido registrado pela imprensa, inclusive na própria Agência Estadual de Notícias. De lá para cá a relação de diálogo deteriorou-se rapidamente. No início de 2004, o secretário Aldair Rizzi declarou verbalmente que não haveria nenhum reajuste salarial para os docentes ao longo daquele ano, fato que se confirmou. Em agosto de 2004, por fim, o governo estadual, por meio da SETI, divulgou oficialmente que tinha dificuldade orçamentária para negociar o reajuste salarial, sob a alegação de que o orçamento do estado do Paraná estava acima do limite prudencial permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, argumento sem sustentação real, visto o crescimento de arrecadação já alardeado pelo próprio governo ao longo daquele ano.

Frente à evolução da defasagem salarial e esgotada a possibilidade de negociação, a ADUNIOESTE, ao lado do SINTEOESTE, ADUNICENTRO (sindicato de docentes da UNICENTRO), do SINDUEPG (sindicato de docentes da UEPG) e da ADUEL (associação dos docentes da UEL), no âmbito do Comitê Estadual em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná, levou e defendeu junto aos outros sindicatos (UEM e UEL) a **proposta de mobilização e construção da greve como caminho para a reposição salarial.** Ao longo do ano de 2004 a ADUNIOESTE denunciou o arrocho orçamentário cometido contra as universidades, as ingerências do governo estadual na Autonomia Universitária e a evasão de docentes mestres e doutores como resultantes da política de Reforma Universitária do governo Requião. Desse movimento resultaram diversas mobilizações locais e em Curitiba, além das paralisações totais e parciais, construídas com o objetivo de demonstrar a necessidade de diálogo e a disposição para a abertura de negociações. Diante da postura inflexível do governo Requião para o diálogo e frente ao argumento oficial, já explicitado neste boletim, de que o governo não tinha condições de tratar da questão do reajuste salarial dos docentes das universidades estaduais paranaenses em 2004, a ADUNIOESTE integrou, junto com outros sindicatos, o movimento **de pressão para a ampliação do orçamento das IEES**, considerando a necessidade de reajustar os salários dos trabalhadores dessas instituições.

Para que 2005 não seja uma mera farsa, como o ano anterior, é necessário **forçar ao extremo a instalação de um efetivo processo de negociação entre o governo estadual e as entidades sindicais, especialmente no âmbito do Comitê Estadual em Defesa do Ensino Superior, de modo a garantir o maior índice possível de reajuste salarial, considerando perdas atuais e passadas e se pautando nos seguintes princípios: a) reajuste salarial efetivo (incorporado ao salário); b) paridade do reajuste para os docentes aposentados; c) equidade entre as classes (auxiliar, assistente, adjunto, associado e titular).**

REAJUSTE SALARIAL: SÓ COM MOBILIZAÇÃO!